

# Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

O verdadeiro papel do estado é gerir os interesses sociais em benefício da maioria [The true role of the state is to manage social interests for the benefit of the majority]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Stédile, Joao Pedro
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-03 17:54:55
Link to Item	<a href="http://hdl.handle.net/20.500.12424/163106">http://hdl.handle.net/20.500.12424/163106</a>

significa abrir a possibilidade de inventar multidões de possibilidades de vida. O conceito de “neghumano” é posterior à morte do homem. O homem é uma entidade definitivamente morta. O “neghumano” designa a situação – que Herbert Marcuse, sem sabê-lo, foi um dos primeiros a descrever em O “homem unidimensional” – na qual a vida é reduzida à pobreza (aí incluída a abundância), onde a possibilidade de inventar novas possibilidades de vida se encontra paralisada. Esta “neghumanidade” segue à desumanização: o que o homem fez, o homem do humanismo, desde séculos, se desfez. A ancoragem verdadeira em tradições, em paisagens, a ancoragem durável e homogênea, a interioridade, todos esses constituintes antropológicos foram desfeitos, por exemplo. A história recente descosturou o homem, como a história antiga o tinha lentamente costurado. Em vista desta desumanização – descostura do homem – não houve reumanização. O “neghumano” é o humano não reumanizado. Ele é a ausência de cosmo – o desespero, o estado de desprovido. Uma política do humano (porque por detrás da fórmula inadequada: “um outro mundo é possível”, é preciso entender “uma política do humano é possível”), se ela aparece, não será uma política de um “homem novo”, do renascimento do homem, ou da unidade do homem; será uma política da multiplicação das possibilidades de vida, tendo todas uma coerência, ou seja, sendo “cósmicas”.

[\(Voltar ao índice\)](#)

## “O VERDADEIRO PAPEL DO ESTADO É GERIR OS INTERESSES SOCIAIS EM BENEFÍCIO DA MAIORIA”

### Entrevista com João Pedro Stédile

*“Em uma sociedade capitalista, onde persistem os antagonismos de classe, é vital a presença do Estado, que deve gerir os interesses sociais em benefício da maioria. Mas disso depende a ação do povo organizado, condição indispensável também para a existência da esquerda”. Assim pensa João Pedro Stédile, uma das principais lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ele destaca que não é possível ser de esquerda “sozinho”, pois tal comportamento reproduz um “individualismo anti-social”, que nada muda e “acaba transformando-se apenas em idealismo”. A entrevista que segue foi concedida ao **IHU On-Line** por e-mail. Nascido em 25 de dezembro de 1953, em Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul, Stédile reside atualmente na cidade de São Paulo. É economista, formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com pós-graduação pela Universidade Autônoma do México (UNAM). Participa, desde 1979, das atividades da luta pela reforma agrária, sendo um dos fundadores do MST e membro de sua direção nacional. João Pedro Stédile concedeu uma entrevista sobre Raimundo Faoro, na 64ª edição do **IHU On-Line**, de 16 de junho de 2003. É autor de, entre outros livros, **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997; **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil** (com Bernardo Fernandes). São Paulo: Perseu Abramo, 1999; **Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo** (com Francisco de Oliveira e José Genoíno). São Paulo: Perseu Abramo, 2000.*

#### **IHU On-Line - Como o senhor define “esquerda”? O que é ser “de esquerda” no mundo contemporâneo?**

**João Pedro Stédile** - Ser de esquerda é um conceito genérico na luta política e por isso cada um pode atribuir-lhe um significado especial. Para mim, são todas as pessoas que lutam quotidianamente e têm como ideal a construção de uma sociedade igualitária, onde todos os cidadãos tenham os mesmos direitos e oportunidades. Uma sociedade com justiça social é baseada nos princípios da solidariedade e da justiça social. No entanto, não basta ter como objetivo uma sociedade igualitária, se não fizermos nada para alcançá-la. Por isso, ser de

esquerda é também, necessariamente, organizar o povo, única força capaz de transformar a sociedade. Ser de esquerda sozinho é repetir um individualismo anti-social, o que não muda nada e acaba transformando-se apenas em idealismo.

***IHU On-Line* - O senhor definiria o governo Lula como “de esquerda”? As características e práticas do governo Lula sugerem que ele poderá atender às principais demandas sociais, como a reforma agrária?**

**João Pedro Stédile** - O governo Lula é fruto de uma aliança de classes que foi feita para ganhar as eleições. Essa aliança de classes incluiu setores da classe dominante brasileira, setores do capital estrangeiro e setores da classe média e da classe trabalhadora. O resultado da vitória eleitoral foi um governo de composição de classes. Hoje temos ministros de direita, de centro e de esquerda. Na minha opinião, desde o início, foi um governo de composição, contraditório em si, e que, portanto, se caracteriza como um governo de centro. O atendimento das demandas sociais não depende da boa vontade de nenhum governante, nem aqui, nem na China, nem em parte alguma. O atendimento de demandas sociais, em toda a história da humanidade, dependeu sempre da capacidade do povo de se organizar, conscientizar-se e se mobilizar para conquistá-las.

***IHU On-Line* - As mudanças sociais e econômicas pelas quais o senhor luta pressupõem o controle do Estado? Ou o senhor acredita que o Estado já cumpriu seu papel histórico e deve ser descartado?**

**João Pedro Stédile** - O Estado é a principal instituição do regime republicano, em que vivemos, desde a Revolução Francesa de 1789. O Estado é fundamental para gerir os interesses da sociedade, da maioria, numa sociedade capitalista, com diferentes classes sociais e com classes antagônicas. Por isso, o Estado é fundamental para assegurar a todos os cidadãos a garantia de direitos e oportunidades iguais, naquilo que é imprescindível, como educação, saúde, moradia, trabalho. E, no caso das sociedades do terceiro mundo, dependentes, como a do Brasil, o Estado assume também um papel fundamental para a defesa da soberania nacional, e de projetos de desenvolvimento nacional, naquilo que interessa a toda a nação, a toda a sociedade. Esse é o papel do Estado. Gerir os recursos que são da sociedade em prol dos interesses da maioria. Mas a conquista desses direitos e o exercício dos interesses da maioria no Estado somente se realizam se as diferentes classes sociais se conscientizarem, organizarem-se e se mobilizarem, para implementar seus direitos junto ao Estado, e na organização da sociedade. Por isso, não basta apenas ter uma gestão pública do Estado a favor das maiorias. Seria apenas uma concessão. É necessário que os grupos, setores e classes sociais, se organizem, tenham consciência, para completar e pressionar o Estado a cumprir seu verdadeiro papel.

***IHU On-Line* - A democracia representativa já se esgotou? Quais aperfeiçoamentos/mudanças o senhor sugere para o exercício da democracia?**

**João Pedro Stédile** - A democracia burguesa, formal, apenas de eleições baseadas em *marketing* não é uma democracia verdadeira. A verdadeira democracia, numa sociedade, é expressa pelo direito que cada um, com todos os cidadãos tendo os mesmos direitos fundamentais e as mesmas oportunidades. Sem direitos econômicos e sociais iguais, não há democracia. O direito ao voto não representa a democracia verdadeira de uma sociedade, é apenas parte dela. O processo de aperfeiçoamento da democracia verdadeira, popular, numa sociedade, na minha opinião, tem aspectos de democracia representativa, na qual, para determinados cargos e funções públicas, as pessoas precisam ser eleitas e representam outros

setores, mas estamos muito longe de que essa representação seja autêntica e verdadeira. É preciso construir mecanismos que garantam o controle do povo, do qual emana todo o poder, sobre seus representados, coisa que não existe na democracia brasileira. Por outro lado, como propõe o professor Fabio Comparato e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), é necessário desenvolvermos, urgentemente, no Brasil, mecanismos de participação direta, popular, de todo o povo. Por isso, precisamos regulamentar o direito de o povo exercer seu poder diretamente, como está previsto na nossa Constituição. É preciso regulamentar o direito ao plebiscito popular, às consultas e *referenduns* populares. O povo deve ser consultado sobre todos os temas e direitos que são fundamentais para a sociedade. E o processo de consulta não pode estar subordinado ao Poder Legislativo, como agora. Por isso é que, em mais de cem anos de República, o povo brasileiro exercitou no máximo em três ocasiões o direito de plebiscito. É preciso garantir a auto-aplicação do direito ao plebiscito, mediante o recolhimento de um por cento dos eleitores e dirigi-los diretamente para o poder judiciário-eleitoral aplicar a consulta. E deveria haver também dezenas de outros mecanismos de exercício de poder popular, de participação popular direta, como são os conselhos municipais, locais, como temos alguns pequenos exemplos no SUS, nos Conselhos Tutelares da Infância, etc. O povo deseja participar. E a participação popular, em decisões quotidianas da vida pública, contribui para a conscientização social e para uma democracia mais aperfeiçoada.

***IHU On-Line* - Qual a importância que o senhor atribui ao Fórum Social Mundial? Qual foi a contribuição do Fórum, até agora, e quais as novas responsabilidades que ele poderia/deveria assumir?**

**João Pedro Stédile** - O Fórum Social Mundial é um espaço de debates, de trocas de idéias. É uma estação anual, em que as pessoas conscientes, os movimentos, as redes, as entidades não governamentais, marcam para se encontrar. Aí trocam idéias, consultam umas às outras e depois voltam para suas trincheiras para desenvolver suas atividades. É, por isso, um grande porto de confluência, de consulta. E deve se manter assim, para que cada rede, grupo ou classe possa se encontrar nele, em nível internacional, e entre si, decidirem o que fazer. De nossa parte, tantos os movimentos camponeses, pela Via Campesina, como a rede de movimentos sociais que existem em todos os países, temos procurado aproveitar o Fórum Social Mundial, para nos encontrarmos, realizarmos plenárias e assembléias mundiais, e aí sim, nessas assembléias, tomarmos nossas deliberações. O Fórum, do ponto de vista doutrinário, tem sido um espaço de crítica ao neoliberalismo, e a unidade possível tem se dado nesses marcos. Precisamos, contudo, avançar no que diz respeito à crítica ao imperialismo, ao capital financeiro, às corporações transnacionais, ou seja, ao modo moderno de espoliação mundial, que hoje concentra a riqueza e explora milhões de trabalhadores de todo o mundo. É necessário, também, debatermos e confluirmos para pensarmos uma nova sociedade, que seja, de fato, baseada nos princípios da igualdade, da justiça e da solidariedade.

[\(Voltar ao índice\)](#)